

**JORGE AMAURY MAIA NUNES
GUILHERME PUPE DA NÓBREGA**

PROCESSO E PROCEDIMENTO

Migalhas de Direito Processual

Migalhas

Produção: Aurélio Faleiros Lopes

Editoração e capa: Poliana Silva

Colaboração: Ariane Messias

Nunes, Jorge Amaury Maia.

Processo e Procedimento / Jorge Amaury Maia Nunes, Guilherme Pupe da Nóbrega. – Ribeirão Preto/SP: Migalhas, 2019.

512 p.

ISBN: 978-85-5328-009-4

1. Direito. I. Nóbrega, Guilherme Pupe da II. Nunes, Jorge Amaury Maia III. Título

1195459

CDD 340



Editora Migalhas

Avenida Presidente Castelo Branco, 600

Ribeirão Preto, SP - CEP: 14.091-413

Telefax: (16) 3617.1344

migalhasbooks.com

migalhas@migalhas.com.br

Sumário

Apresentação	13
 TEORIA GERAL DO PROCESSO E DIREITO INTERTEMPORAL	
Mirada sobre o CPC/15: uma introdução ao Código	17
A clássica teoria geral do processo e o novo CPC	23
A clássica teoria geral do processo e o novo CPC – A arbitragem cabe no conceito de jurisdição?	33
Teoria do Processo	39
Processo e Constituição: um casamento necessário	45
O direito de ação: entre teorias e condições	49
Da separação “rígida” das tutelas em processos no CPC/73 ao sincretismo processual do CPC/15	57
As normas fundamentais do processo civil no CPC/15	65
Ainda há (muito) o que falar sobre causa de pedir	79
Litisconsórcio no CPC/15: <i>quid novum?</i>	83
Um panorama da intervenção de terceiros	89
Os negócios processuais no CPC/15	97
Inexistência, nulidade e outras perplexidades	101
A chamada tutela provisória no CPC/15 e a perplexidade doutrinária que provoca	107
Direito intertemporal e lei processual no tempo: anotações sobre o (ainda) novo Código que desponta no alvorecer de sua aguardada vigência	113

O STJ decidiu: a sentença é o marco temporal-processual para identificação das normas a regular os honorários. E aí?	119
O Código de Processo Civil exige compreensão e respeito	125

PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Petição inicial no CPC/15: mudou alguma coisa	131
Precificar a dor? A admissibilidade de pedido genérico de indenização por danos morais no CPC/15	143
Indeferimento da petição inicial	147
Improcedência liminar do pedido	157
Improcedência liminar do pedido no CPC/15	165
“Amaino a fúria, justo não é perpetuar as iras”: A conciliação em capítulos históricos	171
A audiência de conciliação e de mediação no CPC/15	183
O importante é contestar	187
Brevíssimas notas sobre as respostas do réu no CPC/15	197
Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo no CPC/15	205
Ônus da prova	211
Sobre as provas no CPC/15	217
A fundamentação das decisões judiciais no CPC/15: um primeiro olhar	229
Napoleão Bonaparte e o novo CPC: <i>ton code est perdu!</i>	235
Formação da decisão judicial: o novo CPC e os riscos dos novos tempos	239
Separação de Poderes: O Judiciário fala por último?	247

Sentenças, sentenças interlocutórias e decisões	255
“Discrecionabilidade, discricionabilidade, quantos arbítrios se cometem em teu nome!” A discrecionabilidade como recurso discursivo para fundamentação das decisões	261
Alguns aspectos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil ..	269
Ação de consignação em pagamento no novo CPC	273
Exigir contas, tudo bem. Prestar, não mais	279
A tutela da posse no novo Código de Processo Civil	283
Da manutenção e da reintegração de posse	291
O que importa é ser oposição	297

EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Algumas palavras sobre responsabilidade patrimonial e execução ..	303
“Aqui (não) se faz, aqui se paga”: O regramento atual do preceito cominatório (astreintes)	307
Apontamentos sobre a execução de obrigação de prestar alimentos .	315
Notas sobre a execução contra a Fazenda Pública	321
Embargos à execução: questões atuais	327
Reflexões sobre a atipicidade das técnicas executivas e o artigo 139, IV, do CPC/15	333

PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

O precedente judicial	341
Poderes do relator no CPC/15. Tendência ou abuso?	355

Ação rescisória	361
Segurança jurídica e a rescisória fundada em inconstitucionalidade superveniente no novo CPC	367
Reclamar é um Direito Previsto no novo CPC!	373
A regência dos recursos no novo CPC	383
Idas e vindas do recurso de agravo na história: como ficou no Código de 2015	393
Apontamentos sobre a apelação no novo CPC	399
Apontamentos sobre a apelação no novo CPC: efeito devolutivo	405
A supressão do juízo de admissibilidade do especial e do extraordinário em segundo grau e as tentativas legislativas de seu restabelecimento	409
Regência do recurso extraordinário: do decreto 510/1890 ao CPC/15	413
Brevíssima nota sobre o controle difuso de constitucionalidade em sede de recurso especial e o novo CPC	433
“O CPC/15 não revogou todos os tipos de prazos recursais”	437

MISCELÂNEA

<i>Overruling ope legis</i> : a superação da jurisprudência pelo CPC/15	445
Breve incursão no tema dos honorários advocatícios sucumbenciais e segunda parte do <i>overruling ope legis</i> (a superação da jurisprudência pelo CPC/15)	449
Mandado de injunção – What “diabo” is that?	455
Alguns reflexos do CPC/15 no processo do trabalho: considerações sobre a instrução normativa 39/2016 do TST	465
Peculiaridades sobre o pedido no processo civil de 2015 e no processo trabalhista	471

O novo CPC e a velha última flor do lácio	479
Por que arbitragem?	483
Prescrição extintiva e prescrição intercorrente vistas sob a ótica do novo CPC	487
Ação de improbidade e julgamento antecipado do mérito com base em provas colhidas em procedimento preliminar	495
Ação de produção antecipada de prova na pendência de procedimento arbitral	503
Autores	509